

# Bancos acenam...

por Cláudia Safatle  
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

autoridades do governo norte-americano estariam sensibilizadas para o prejuízo que a elevação dos juros está causando para as demais economias. Mesmo assim, e ressaltando que "espera que não haja mais aumento da prime-rate", ele mencionou a possibilidade de um acréscimo dos atuais 12,5 para 13,5% ainda neste ano.

Foi para evitar esse movimento altista que os países latino-americanos — compelidos pelos juros caros e pelo protecionismo comercial — armaram uma ação conjunta que culminará com a reunião de Cartagena, nos dias 21 e 22

próximos. "Eu encaro com naturalidade essa reunião, diante do fato de que os banqueiros e os países credores também se reúnem", ponderou o "chairman" do Lloyds Bank, deixando mais uma vez claro que "cada país tem uma situação diferente e cada negociação será feita individualmente", levando em consideração os esforços feitos na direção do ajustamento que cada devedor procurou implementar.

Ele negou que o México tenha acertado um prazo de renegociação de quinze anos com dez de carência com os bancos credores — "por enquanto estamos combinando que temos de explorar as alternativas" —, mas adiantou que, apesar de o critério ser "o caso a caso", é certo que "cada negociação feita com um país tem efeito sobre a negociação feita com um outro país". Assegurou, todavia, que não tratou dos detalhes da renegociação com as autoridades brasileiras.

Como disse Morse, no tocante aos juros "isso é problema dos governos", mas a cobrança de uma taxa de risco, "spread", é um ponto a ser tratado com os banqueiros. Nesse aspecto, o "chairman" do Lloyds Bank foi incisivo: não aceitará nenhuma proposta de eliminação do "spread", embora aceite conversar sobre uma redução dessa taxa. "Nós temos de viver, temos de remunerar nossos acionistas e nosso capital", justificou ele, ao descartar "spreads" zero, como chegou a ser ventilado no Brasil.

# Bancos acenam com melhores condições

por Cláudia Safatle  
de Brasília

"Estamos chegando no momento de encarar a questão do endividamento externo num enfoque de mais longo prazo, para os países que promoveram um programa de ajustamento satisfatório, particularmente para o Brasil."

Essa declaração foi feita pelo "chairman" do Lloyds Bank, da Inglaterra, "sir" Jeremy Morse, um dos dez maiores credores do País e que opera há 121 anos com o Brasil. Ontem, "sir" Jeremy almoçou com o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, e, após o encontro, acenou com a possibilidade de os bancos credores negociarem pacotes de empréstimos que envolvam dois a três anos e fez, também, dois importantes prognósticos: dentro de quatro a cinco anos o Brasil poderá voltar a trabalhar normalmente com o mercado financeiro internacional e as taxas de juros, basicamente a "prime rate" (taxa preferencial norte-americana), que ainda está



"Sir" Jeremy Morse

sujeita a elevação de até um ponto percentual.

"Nos dois últimos anos as negociações com os credores foram realizadas na base da emergência, num programa que envolveu dinheiro novo, rolagem da dívida e ajustamento da economia. Agora, o enfoque é de mais longo prazo e podemos, inclusive, prever o fim do problema da dívida externa", explicou o "chairman" do Lloyds Bank, enfatizando três pon-

tos que estão na essência das conversações que ele manteve ontem em Brasília com as autoridades econômicas do governo: alongamento do prazo da dívida, melhora do perfil das amortizações e das condições da renegociação.

Vencida essa etapa, o País poderá, a seu ver, regularizar os fluxos financeiros externos dentro de no máximo cinco anos. Para que ocorra tal desafogo, Morse recomendou pelo menos três providências: encorajar os investimentos estrangeiros no Brasil, manter um certo crescimento econômico e, no âmbito externo, procurar acionar o Banco Mundial como instrumento de financiamento.

"Vou ficar surpreso e desapontado se a 'prime rate' subir mais do que um ponto percentual", acentuou Morse, para quem o ideal seria a taxa de juros real, hoje na faixa de 7%, cair para 3%. "Isso ajudaria a todos", disse ele, acreditando que as

(Continua na página 12)

Síndico Esterno  
13 JUN 1984